

JUROS NOS CARTÕES DE CRÉDITOS BANCÁRIOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO

Por: Elisângela Peral da Silva

O consumidor, especialmente o titular de cartão de crédito, parte hipossuficiente na relação de consumo, sofre abusos por partes dos bancos, quando da cobrança de juros exorbitantes. Como se sabe, os fatos dão a dinâmica da vida em sociedade e deles que são extraídos os elementos que interessam ao mundo jurídico. Imprescindível, pois, remontar aspectos históricos de qualquer instituto, por isso, esta pesquisa resgata de forma sucinta a origem dos cartões de crédito. Em que pese não seja farta a bibliografia sobre o tema, a questão da natureza jurídica dos cartões de crédito suscitou divergências. Há posições tradicionais que consideram o cartão de crédito como título de crédito, mandato ou cessão de crédito. Contudo, estudos recentes passaram a considerá-lo integrado em um sistema contratual, para dar resposta ao feixe de contratos que o compõem. É abordada a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor às relações banco-consumidor, como restou pacificado no julgamento da ADIn nº 2.591 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal. Nesse julgamento a Suprema Corte suprimiu esta aplicação no que diz respeito à questão dos juros ilimitados cobrados pelos bancos. Objetiva este trabalho de forma casuística demonstrar a abusividade desta cobrança de juro, culminando no ferimento dos princípios da defesa do consumidor (art.170, V, da Constituição Vigente), da função social (art. 421, do Código Civil), da boa-fé (art. 422, do Código Civil), dentre outros, bem como a aplicação à regra do artigo 406 a taxa de 1% ao mês (art.161,§1º, do Código Tributário Nacional), e não a taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Examina a vigência da aplicabilidade da Lei de Usura (Dec. nº 22.626/33), que delimita as taxas de juros, às pessoas em geral, sejam físicas ou jurídicas e, especialmente, às instituições financeiras. Apresenta, finalmente, as considerações finais sobre os aspectos já delineados.

PALAVRAS-CHAVE: Juros. Cartão de Crédito. Defesa do Consumidor. Lei de Usura.